METRO

89% dos atendimentos feitos pela Rede Acolhe são com mulheres

De homicídios a despejos forçados, dos 138 casos de violência relatados por parentes de vítimas acompanhados pelo programa da Defensoria Pública do Ceará, quase 90% eram do gênero feminino

#MulheresAssistidas

Felipe Mesquita felipe.mesquita@svm.com.br

O programa da Defensoria Pública do Estado, que atende mulheres parentes de vítimas de crimes, contabilizou, quase 90% do público atendido como sendo do sexo feminino

Acolhimento pós-violência

"Fiquei com as minhas mãos no ouvido, orando ao Senhor para evitar o pior". Enquanto o coração de mãe aflito intercedia aos céus pela vida do filho, o medo de perder o primogênito tornou-se dor física. Dois tiros ceifaram os planos de toda uma família. Era janeiro de 2018, data inevitavelmente fixada na alma de Luiza (nome fictício para preservar a sua identidade). Na fé, ela busca forças para lidar com as marcas deixadas pela ausência do garoto. A convicção em Deus, cita, a tem ajudado a ressignificar o sofrimento através também de "verdadeiros anjos aqui na terra".

Luiza encontrou na Rede Acolhe da Defensoria Pública do Ceará assistência integral no âmbito jurídico e psicossocial para vencer os traumas do contexto de vulnerabilidade em que viveu. De junho de 2017, quando o programa foi criado, até junho deste ano, 220 casos de violência direta e indireta foram acompanhados pelo órgão estadual. Dos 138 atendimentos registrados somente a parentes, 123 eram mulheres, número correspondente a 89,08% do total, o que reforça a urgência de políticas assistenciais a pessoas do sexo feminino.

As informações constam no relatório do Núcleo de Estudos e Pesquisas (Nuesp) da Escola Superior da Defensoria Pública (ESDP). Dentro do recorte por gênero, o levantamento aponta que as mães respondem por 60,86% das assistências concedidas, sendo o grupo que mais procurou a Rede Acolhe após eventos de violência, seguido por irmãs (12,31%) e avós com 6,52%. Esposas somaram 5,07% dos acolhimentos, filhas e tias 1,44%, enquanto companheiras e sogras, juntas, 0,72% cada.

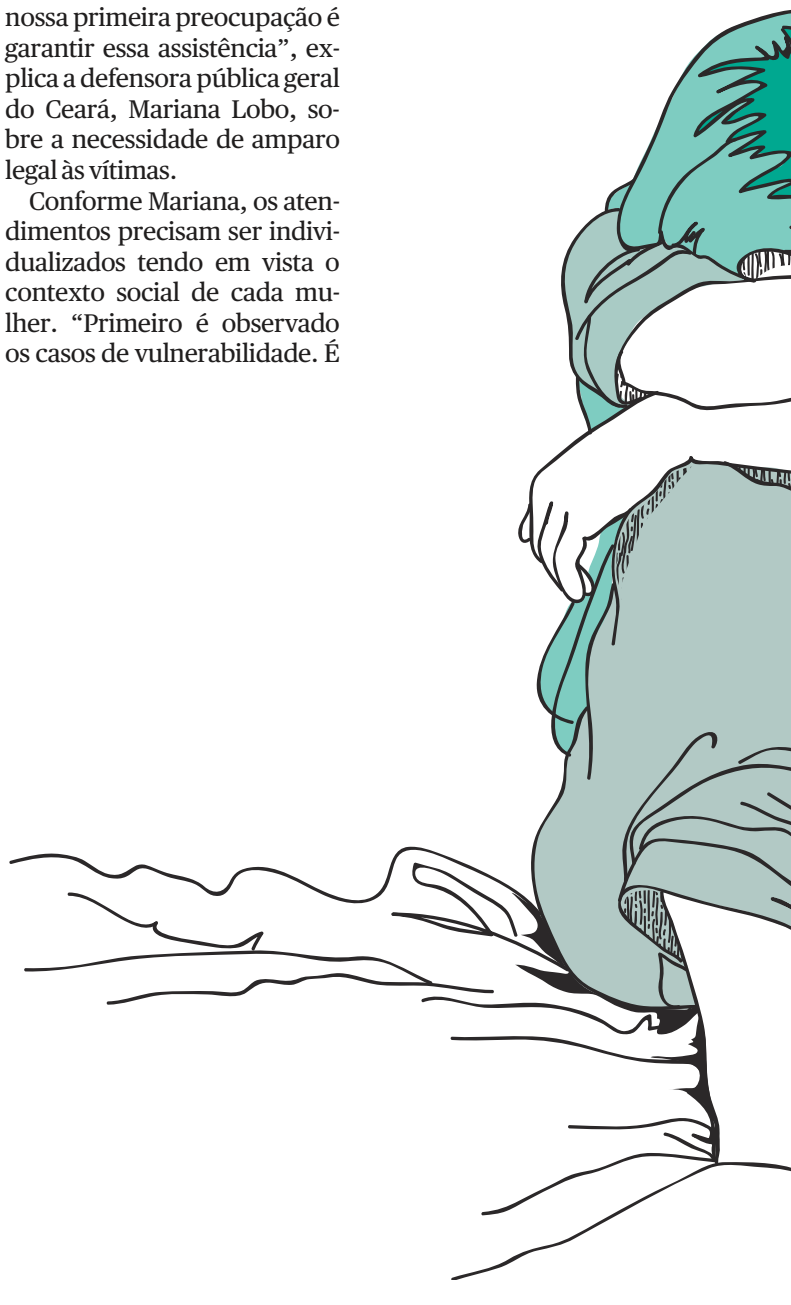
Cenário

Diante dos altos índices de violência em 2017 - quando o volume de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLIs) chegou a 5.023, o maior desde 2013 -, o programa de acolhimento saiu do papel para diminuir a possibilidade de haver novos homicídios, uma vez que as famílias de vítimas demonstravam insegurança e medo depois dos crimes. Nesse cenário, a Rede Acolhe atendeu famílias com demandas diferentes.

Em dois anos, foram observados 135 casos de assassinatos, 26 de ameaças de morte, 25 de tentativas de homicídio, 21 por despejo forçado, 6 de violência institucional, 4 de femicídios e outros três por desaparecimentos. Neste intervalo de tempo, as mulheres continuaram liderando os atendimentos com pequenas variações: se em 2017 eram 79%, entre julho a dezembro de 2018, elas foram 94% dos acolhimentos. Já nos seis primeiros deste ano, 90%.

"Se a gente não olhar para essas mulheres, elas não vão conseguir suspender esse ciclo de violência, elas se tornarão também reféns, assim como seus familiares. Então, a nossa primeira preocupação é garantir essa assistência", explica a defensora pública geral do Ceará, Mariana Lobo, sobre a necessidade de amparo legal às vítimas.

Conforme Mariana, os atendimentos precisam ser individualizados tendo em vista o contexto social de cada mulher. "Primeiro é observado os casos de vulnerabilidade. É



COBERTURA

O programa Rede Acolhe, da Defensoria Pública do Ceará, já reúne 246 famílias atendidas desde o início do funcionamento, em junho de 2017

ASSISTÊNCIA

Vítimas de violência podem procurar assistência psicossocial e jurídica na sede do órgão, na Avenida Pinto Bandeira, 1111, no bairro Luciano Cavalcante

comum, por exemplo, depois de um homicídio, eles mudarem de casa ou bairro, são os chamados despejos forçados. Por isso, é importante garantir a moradia, o acesso à rede pública de saúde para cuidar dos danos psicológicos e também à educação".

Morte

Antes mesmo de perder o filho, a dona de casa Luiza já enfrentava o drama de estar num ambiente de violência extrema. Esta situação ganhou traços ainda mais preocupantes depois que foi morar em uma unidade habitacional de Fortaleza com a família. O novo endereço trouxe consigo os episódios "mais difíceis" dos seus 51 anos de vida. Com o filho dependente químico, ela e a nora se viam obrigadas a pagar as dívidas feitas por ele ao mesmo tempo em que testemunhavam o usuário de drogas ser seduzido pela organização criminosa que dominava o bairro.

"Eles queriam que o meu filho roubasse uma moto e matasse um policial, mas ele não era capaz de fazer isso porque era uma boa pessoa, não tinha nenhuma maldade, só usava a droga dele e não mexia com ninguém", revela Luiza. Foram muitas as negativas do filho. "Por vezes, ele me disse: 'Mãe, fica tranquila, eu não vou matar ninguém, meu negócio é só drogas'", lembra ela, que disse viver de constantes ameaças nas semanas que antecederam ao assassinato do filho.

Depois de muitas investidas, o grupo desistiu. Partiu para a medida extrema. Era noite do dia 8 de janeiro do ano passado quando dona Luiza ouviu o chamado na porta de casa. Ali, já sabia que algo de ruim pudesse acontecer. "Os caras já chegaram perguntando por ele e disseram que só queriam conversar. Eu ainda ofereci dinheiro para eles irem embora, disse que o meu filho nada devia, mas não adiantou. Se eu não abrisse a porta, ia sobrar pra mim também", relata.

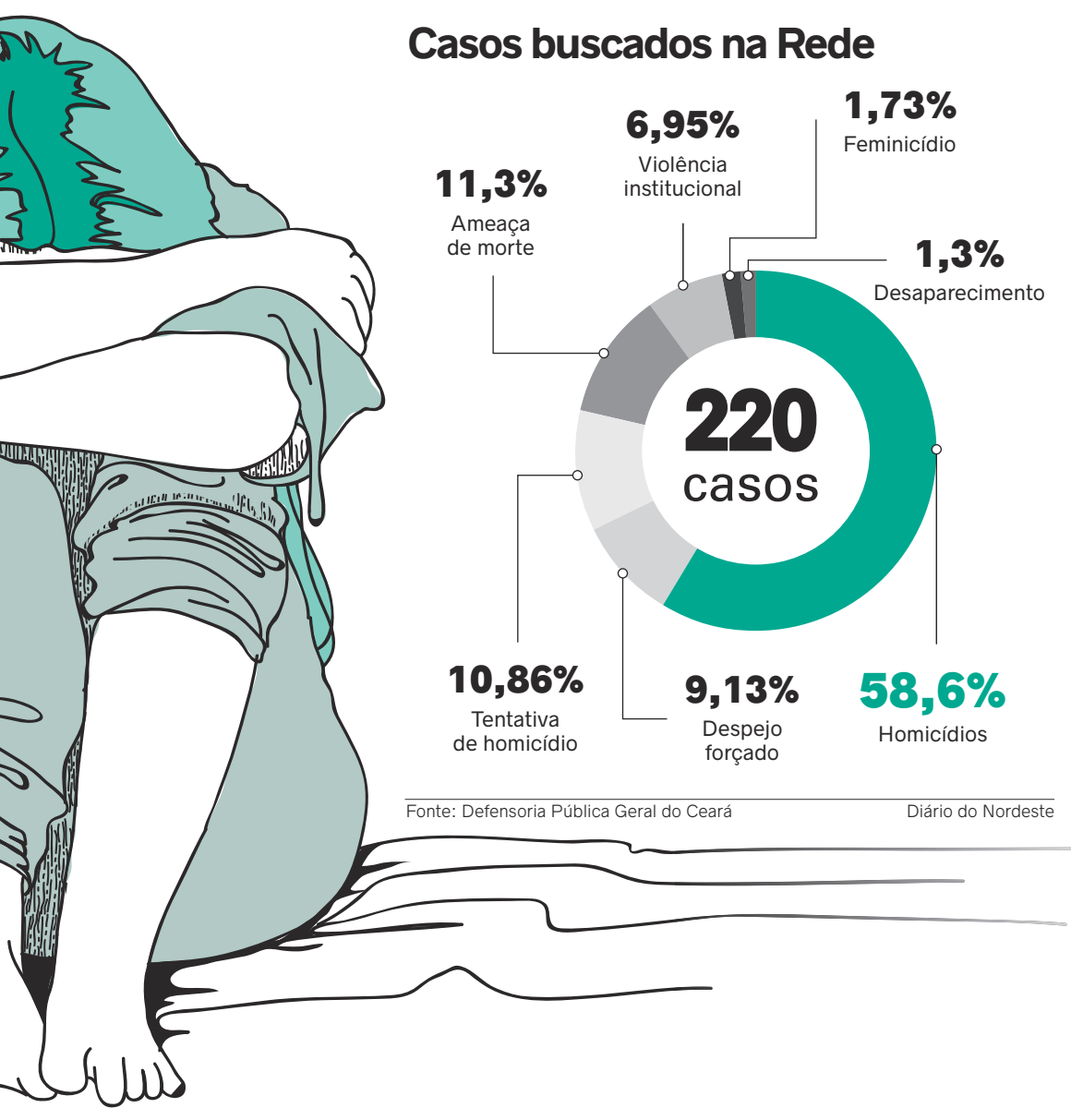
A intimidação fez a mulher chamar o filho e "autorizar" a entrada dos membros da facção. Levado de dentro de casa pelo braço, o homem não conseguiu se despedir da mãe. Do quarto onde estava dormindo, ele foi direto para o "tribunal do crime", como detalha, em frases curtas e com pausas de choro durante a entrevista. "Me sentei no banco vendo o meu filho indo. Orei de novo ao Senhor para aquilo não acontecer. Às 22h, recebi a notícia de que ele tinha sido morto com pauladas e dois tiros na cabeça. Meu mundo se acabou naquele momento". Silêncio.

Recomeço

Não bastasse o assassinato do filho, Luiza foi expulsa de sua própria residência três dias depois do crime. Os mesmos suspeitos do homicídio deram a ordem. De lá, ela conseguiu aluguel social por intermédio da Rede Acolhe, cujo programa fez bem mais que conseguir uma nova moradia. Em cada encontro com os defensores, conta Luiza, "esperança e alegria" têm ocupado o lugar da solidão para que as feridas abertas na alma sejam cicatrizadas.

"Para mim, o nome já diz tudo. Todas as doutoras conversavam sempre comigo, pediam para eu não desistir e diziam que ia dar certo. Eu ia desesperada e elas sempre me acolhiam. Se chegava chorando, saía sorrindo", comemora Luiza que sentencia: "Às vezes tudo que a gente mais precisa é só de um abraço e uma palavra de apoio".

De acordo com Mariana Lobo, o retorno dado por cada mulher permite à Defensoria Pública do Ceará avançar no sentido de planejar e executar políticas "mais concisas" a todas as vítimas assistidas. "A gente percebe que elas se sentem mais seguras, é verdade. E através disso nós estamos mapeando o perfil das mulheres que nos procuram, qual a violência que elas sofreram para, então, saber como nós podemos trabalhar para garantir os direitos dessa população", afirma a defensora pública.



> **Se a gente não olhar para essas mulheres, elas não vão conseguir suspender esse ciclo de violência, elas se tornarão também reféns, assim como seus familiares"**

> **"É importante garantir a moradia, o acesso à rede pública de saúde para cuidar dos danos psicológicos e também à educação"**

Mariana Lobo
Defensora pública geral do Ceará